



## IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NO MUNICÍPIOS DE SARANDI

Naiara Sandi de Almeida Alcantara, Ana Lúcia Rodrigues (Orientador), e-mail:alrodrigues1962@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais/Maringá, PR.

**(7000000) CIÊNCIAS HUMANAS (70204004) SOCIOLOGIA URBANA**

**Palavras-chave:** Sociologia Urbana, Programa habitacional, Políticas públicas.

### Resumo:

Pretende-se através do estudo do Programa Minha Casa Minha Vida, verificar se há segregação socioespacial sofrida pelos beneficiários, através de pesquisa etnográfica, ou seja, da observação atenta e da conversa com o nativo. Para tanto foi feito levantamento bibliográfico e estudo de um caso local onde se encontram moradores oriundos do PMCMV. O conjunto estudado foi o Mauá, localizado na cidade de Sarandi-PR<sup>1</sup>. Haja vista os dados coletados pode-se constatar que a população percebe a ocorrência da segregação espacial ocasionado pelo PMCMV. Esse trabalho se trata de um desdobramento de uma pesquisa quantitativa de aplicação de questionários com questões fechadas que obteve um resultado diferente do apresentado pela pesquisa etnográfica, pois foi verificado estatisticamente que os residentes não possuíam a percepção de segregação.

### Introdução

A cidade de Sarandi foi construída como reflexo do País, com áreas centrais e periféricas, ocasionando uma segregação que ocorreu no início do

<sup>1</sup> O município de Sarandi localiza-se na região Noroeste do Estado do Paraná, foi instalado no dia primeiro de fevereiro de 1983, após ser desmembrado do município de Marialva. Situa-se a 416,60km da capital Curitiba e possui área territorial de 103,683km<sup>2</sup>, sua população é de 83.724 habitantes, 27.854 domicílios e 56.270 eleitores (IBGE, 2010). Pertencente à Região Metropolitana de Maringá, possui 1.431 estabelecimentos comerciais, sendo a população economicamente ativa composta por 42.712 pessoas, dos quais 11.101 moradores estão inclusos no mercado formal (IPARDES, 2010).





planejamento da cidade e continua se dando até os dias de hoje, e isso se torna evidente quando se analisa o planejamento das casas populares de que são construídas em locais afastados dos centros comerciais e de todos e quaisquer serviços dos quais a população necessita para seu desenvolvimento social.

Assim concluímos que a população que deveria ser integrada a sociedade quando participante do Projeto Minha Casa Minha Vida, muitas vezes é excluída da mesma, já que é alocada em regiões da cidade que não possui condições urbanas básicas e, inclusive são precárias as condições de acesso ao centro, portanto ao local onde estão os serviços principais que essa deveria lhes oferecer no local da atual residência. A cidade é pensada por uma série de profissionais, dentre engenheiros, arquitetos, urbanistas e outros, com fins a atender as demandas dos “organismos multilaterais juntamente com instituições de consultoria internacional e corporações transnacionais e elites locais” (MAGNANI, 2002, p.13), ou seja, a grande massa não é levada em conta no momento da criação do seu domicílio.

[...] a maioria das medidas que visam combater a pobreza é tomada com base em dados estatísticos, quantitativos ou macroeconômicos. O pobre é, em suma, considerado mero *objeto de políticas* públicas, não *sujeito da política*, sujeito político propriamente dito [...] (REGO e PINZANI, 2014, p. 47).

Ao realizar a pesquisa teórica descobrimos que grande parte dos moradores residentes do Conjunto Mauá, residia antes da mudança no Conjunto Multirão, um conjunto que se encontrava no extremo oposto da cidade, mas mais próximo do centro comercial. Por ser um local sem infraestrutura as casas foram construídas de forma precária e com o passar dos anos o local ficou conhecido como favela. A cidade cresceu englobando aquele conjunto que causava uma poluição visual mesmo que “Historicamente o município foi construído como sendo a periferia da cidade de Maringá”<sup>2</sup> aquele local em especial estava destoando da paisagem considerada aceitável. A saída encontrada pelo poder público foi o desmanche dos “barracos” que lá estavam e a construção da farmácia popular de Sarandi. Mas a população que estava residindo há anos naquele local precisaria ser realocada e o programa MCMV foi à solução para a

<sup>2</sup> BARBOSA, E.





limpeza urbana. Ao conversar com os nativos poderemos verificar se eles conhecem o processo pelo qual passou a cidade de Sarandi e porque eles moravam em um local considerado periférico, mas tendo que realizar trabalhos na cidade de Maringá.

## **Materiais e métodos**

Foi feito uma pesquisa etnográfica com questões abertas, com moradores escolhidos aleatoriamente que apresentassem disponibilidade para conversar, desde que fossem responsáveis pelo domicílio, pois em princípios, os donos das unidades habitacionais são os moradores que não possuíam moradia própria ou residiam de forma precária, ou seja, são pessoas que já podem ter passado pelo processo de exclusão social. Tentamos compreender o processo pelo qual esse morador passou na mudança de moradias, qual é sua percepção em relação a sua antiga casa e a nova, como ele se sente nesse novo local em relação às distancias que ele deve percorrer para ter acesso a serviços públicos e privados.

## **Resultados e discussão**

Podemos confirmar que existe o sentimento de segregação entre os moradores, pois dentre os nossos sete entrevistados apenas dois não responderam que as distâncias são grandes, o caminho a ser percorrido para ter acesso aos equipamentos públicos é longo e cansativo. Mesmo aqueles que afirmaram não estarem separados da cidade, talvez, demonstrassem o sentimento de isolamento em outras questões. Cinco moradores sentem a distância caminhando, de bicicleta ou mesmo de ônibus, consideram suas moradias melhores em questão de infraestrutura e por ser uma residência própria, mas segregados geograficamente em relação a todos os serviços dos quais necessitam, não possuem acesso com facilidade e rapidez.

## **Conclusão**

Através desse trabalho de pesquisa etnográfica não se buscou suplantando a voz dos beneficiários e como pesquisadores interpretar sua realidade sem levar em consideração a subjetividade impressa na vivência de cada um, ao contrário se pretendeu ao observar as respostas trazer a





lume uma perspectiva que não se alcançou no trabalho inicial<sup>3</sup>, pois se tratava de uma pesquisa quantitativa que não possuía como foco ouvir os moradores. Então ao analisar as respostas é possível inferir que há percepção de segregação sócioespacial, contudo os moradores ainda entendem suas casas como benefícios dados pelo governo.

### Agradecimentos

A Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de fazer o curso. A todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional. E em especial a minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Rodrigues a todo apoio, confiança e dedicação.

### Referências

MAGNANI, J. G. C., De Perto e De Dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais** v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

REGO, W. L.; PINZANI, A., **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e Cidadania**, 2.ed. São Paulo: Unesp, 2014.

<sup>3</sup> <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/4.pdf>

